IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015
ISSN 1982-3657

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA TRILHA DA SUPERAÇÃO EDUCACIONAL E IDENTITÁRIA DE GRUPOS MENOS PRIVILEGIADOS EM ITAPORANGA D'AJUDA

SUZANA MARY DE ANDRADE NUNES

EIXO: 15. ESTUDOS DA LINGUAGEM

RESUMO

Neste estudo analisamos as variações linguísticas, em uso, por sujeitos não-alfabetizado, moradoras/es da cidade de Itaporanga d'Ajuda no estado de Sergipe, efeito de uma realidade social, desigual e antidemocrática, por sua vez, promotora de preconceito linguístico/social. Para tal, apresentamos um contraponto entre a norma padrão da Gramática Normativa e a compreensão da língua como um código social dinâmico e heterogêneo da Gramática Histórica, de modo que reflete criticamente a noção de certo e errado da língua culta e não culta por meio de marcadores fonéticos e morfossintáticos em expressões comunicacionais utilizadas no cotidiano dos sujeitos investigados. A investigação com abordagem Qualitativa, através de uma observação sistemática não participativa, sob o aporte teórico da Sociolinguística, privilegia a educação como instrumento para ruptura da cultura de desigualdades sociais no Brasil.
Palavras-chave: Variação e Preconceito linguísticos. Gramática Normativa e Histórica. Identidade.

ABSTRACT

This study we analyze the linguistic variations in use by subjects non-literate, dwellers City Itaporanga d&39;Ajuda in the state of Sergipe, an effect of social reality, unequal and undemocratic, in turn, promoter of linguistic/social bias. To this end, we present a counterpoint between the standard norm of Normative Grammar and understanding of language as a dynamic social and heterogeneous code of the Historical Grammar, so that critically reflects the notion of right and wrong of cultured language and not cultured by markers phonetic and morphosyntactic in communicational expressions used in everyday life of these subjects. Research with qualitative approach, through a non-participative systematic observation, in the theoretical framework of Sociolinguistics focuses on education as a tool to break the culture of social inequalities in Brazil.
Keywords: Variation and linguistic bias. Normative and Historical. Identity.

Introdução

Este estudo versa no entendimento da linguagem verbal como instrumento comunicacional entre os seres humanos. Assim, destacamos o conceito de língua e fala sob a perspectiva das variações linguísticas em conexão com aspectos políticos, econômicos e culturais, dos quais deflagram os preconceitos e discriminações promotores da exclusão de determinados sujeitos e/ou grupos considerados não portadores da norma culta, os não pertencentes do mundo letrado. Pretendemos traçar um olhar sobre dois grupos da população – os escolarizados e os não escolarizados – com ênfase analítica no segundo grupo, de modo que evidenciemos a desigualdade social, reflexo de políticas discriminatórias e injustas que trazem ressonâncias nas relações micro e macro entre os sujeitos, por conseguinte, a linguagem emerge como um campo permeado de preconceitos de um grupo social privilegiado sobre o outro não privilegiado.

Os estudos linguísticos, mais especificamente, a Sociolinguística tem denunciado o Preconceito Linguístico a partir das

variações linguísticas como um dos mais fortes elementos de construção de identidade, uma vez que o reconhecimento variacional do comportamento linguístico se justapõe a elementos sociais como classe, etnias, geração, religião, entre outros, tornando empecilho para que haja uma interlocução horizontal entre os sujeitos humanos de diferentes grupos sociais.

A cultura escolar [i]é considerada elitizada e discriminatória, pois somente reconhece a língua culta ou a norma padrão legitimada pela Gramática Normativa, único recurso didático para o ensino da língua portuguesa. A sua adoção pela escola objetiva a reprodução cultural dos grupos privilegiados da população, uma vez que a diversidade cultural desde os falares excluídos e/ou desqualificados é considerada cultura marginal.

Esta posição ideológica da escola incentivou a criação de eventos científicos, os quais buscaram-se a promoção de debates sob diferentes correntes teóricas das Ciências Sociais e Humanas, a fim de convergir diferentes posições epistemológicas sobre o tema. Os estudiosos da educação, adeptos dos estudos linguísticos entraram em contraposição à visão monística das escolas em adotar a Gramática Normativa como único instrumento didático para o ensino da língua portuguesa. Eles entendem que a exclusividade do recurso a torna elemento propulsor para evasão escolar, em consequência, do mal êxito na aprendizagem de grupos menos privilegiado da população, reflexo da não identificação desses sujeitos com a cultura e os serviços prestados pela escola.

É através da interlocução com outros sujeitos que permeiam as mentalidades e valores disseminados na sociedade, tornando balizadores das atitudes e comportamentos que se estabelecem nas diferentes relações sociais. A linguagem verbal e não-verbal são pilares constitutivos para o estabelecimento das relações comunicacionais humanas, assim, os comportamentos linguísticos expressos, implicitamente ou explicitamente, seja por meio de códigos simbólicos constituintes da fala associado a canais não verbalizados – gestos, atitudes, entonação de voz, etc. – ora recepcionados por uma cumplicidade entre os interlocutores, ora indiferentes e rechaçados por conteúdos que permeiam as redes comunicacionais.

As manifestações de preconceito e discriminação mais frequentes emergem na sociedade sob efeito de comportamentos linguísticos considerados atos de violências entre os sujeitos, de modo a serem reavaliados culturalmente. Para tanto, a circulação dos conhecimentos e o entendimento do Preconceito Linguístico e as variações linguísticas[ii] no final do século XX e início do século XXI foram aportes teóricos para elaboração e execução de políticas de educação – PNE – e orientações metodológicas – PCN – com a finalidade de orientar professores em sala de aula no sentido de criar uma consciência na população, em consequência, promover a ruptura de mentalidades e atitudes preconceituosas, resquícios de uma cultura colonialista e servil.

O preconceito linguístico emerge de relações formais e informais, diretas e indiretas, visto que é comum os sulistas terem preconceito com as variedades do falar nordestino; o estudante alfabetizado emana preconceito com o falar do analfabeto; o jovem com as características do falar dos mais velhos. Diante disso, é fundamental levantar questões inerentes às variações linguísticas sob a perspectiva estrutural do nosso país, da qual alguns aspectos remanescentes de preconceito linguístico refletem na geopolítica brasileira alicerçada pela dimensão continental do Brasil em conjunção a efeitos da má gestão política que se reverbera na desigualdade, fruto de uma injustiça social histórica.

Neste estudo, ressaltamos as variações linguísticas e os efeitos geopolíticos que se configuraram os diferentes matizes regionais, geradoras dos sotaques, dialetos e expressões de raízes comunitárias oficializadas e não-oficializadas, às quais tornam-se objeto de estudo linguístico tangenciadas pelas políticas injustas e desiguais que privilegiam determinadas classes, regiões, grupos da população em detrimento de outras[iii].

Em consenso, enfatizamos a política de valorização das variações linguísticas no sentido de ressaltar a construção identitária de um povo miscigenado rico por uma origem multiétnica, ao passo que, denunciamos a ausência de uma política educacional mais igualitária e integradora entre as diferentes regiões do país, posta a omissão em executar políticas públicas igualitárias e democratizantes que não somente reforcem como reflitam acerca de mentalidades e valores preconceituosos que reproduzem em reais condições as mentalidades e atitudes dos grupos que compõem o cenário político brasileiro.

Para desenvolvermos a nossa reflexão, selecionamos uma amostragem de três expressões faladas por sujeitos não alfabetizados do município de Itaporanga d' Ajuda[iv], material de análise da segunda parte deste estudo, afim de levantarmos questões expressas entre o certo e errado no uso da língua portuguesa imposta pela Gramática Normativa. Esta amostragem, por sua vez, foi retirada de um rol de vinte expressões populares de habitantes do dito município, região urbana e rural, cuja proposta inicial era levar aos estudantes de Letras da Faculdade Pio Décimo a identificação de traços fonológico, morfossintático e semântico de vocábulos e/ou expressões falados por sujeitos não escolarizados em diferentes contextos sociais no dito município.

O trabalho pedagógico objetivava despertar nos estudantes do curso de Letras, futuros docentes de Língua portuguesa, para novas possibilidades de análises linguísticas e gramaticais. Assim, a ruptura com o ensino para além da Gramática

Normativa e de adoção dos estudos explicativos da Gramática Histórica como aportes teóricos de análise de expressões faladas por sujeitos não escolarizados de um município situado no menor estado na região nordeste do país, de modo que viesse privilegiar uma formação profissional do docente com menor preconceito linguístico acerca das variações linguísticas, bem como da apropriação da riqueza de conhecimento fonológico, morfossintático e semântico da língua portuguesa, até então, rechaçada pela cultura preconceituosa das escolas brasileiras.

Para tanto, os estudantes recorreram a observação não-sistematizada na apreensão de expressões utilizadas por sujeitos não-alfabetizados – homens e mulheres – do dito município, com faixa-etária entre 40 a 70 anos. Após a apreensão das expressões, os estudantes transcreviam-nas e em sequência traziam para sala de aula para serem analisadas, sob a orientação da professora da disciplina Metodologia de Língua Portuguesa ora autora deste estudo.

Apresentamos, neste estudo, três das vinte expressões transcritas e analisadas, a fim de pontuar as variações linguística sob a perspectiva das diferenças sociais, de modo que se evidenciasse o equívoco didático metodológico de não uso das variações de grupos não privilegiados da sociedade como um saber e conhecimento a ser transmitido pelas escolas no ensino da língua portuguesa.[v]

Dividimos o estudo em duas partes: a primeira, intitulada “Harmonização da Gramática Normativa e Histórica no ensino da Língua Portuguesa em busca da uma educação inclusiva”. Para tal, apresentamos a política de adoção da Gramática Normativa pelas escolas públicas e privadas em território nacional, como uma política preconceituosa e de exclusão das classes menos privilegiadas, ao passo que propomos a aquisição da Gramática Histórica como recurso didático e de apoio para o ensino da língua portuguesa. Na segunda parte, apresentamos as expressões faladas por sujeitos não alfabetizados do município de Itaporanga d’Ajuda com o objetivo de despertar para outras lógicas de análises fonológicas, morfossintáticas e semânticas para além do certo e errado da Gramática Normativa, de modo que promova um novo olhar sobre as variações e o preconceito linguístico, segundo concepção da Sociolinguística. Este capítulo é intitulado “O saber popular dos falantes não-escolarizados, um objeto de estudo da língua nas escolas”.

1. **Harmonização da Gramática Normativa e Histórica no ensino da Língua Portuguesa em busca da uma educação inclusiva**

A desigualdade social, por si, incide nas atitudes preconceituosas que permeiam as escolhas e práticas sociais que se reverberam na elaboração e execução de políticas educacionais que condicionam a vida em sociedade.

Pretendemos tratar de aspectos teóricos sobre a linguagem e as implicações que elas trazem na vida dos sujeitos humanos, de modo que o conteúdo apresentado também seja um contributo social na formação e conscientização de docentes de Língua Portuguesa, por meio de uma visão dialógica e de um encadeamento ativo e reativo para com o fim do preconceito linguístico nas escolas brasileiras.

Bakhtin (1992) assinala que a linguagem se constitui sempre de uma relação plural de autoria, portanto é da conjunção de informações propagadas em diferentes contextos sociais – academia, escolas, igrejas, clubes e ambientes de entretenimento – suscitadas por locutores e compactuadas por novos respondentes. Estes, por sua vez, ao receber os conteúdos informativos associam a outros conteúdos propagados por outros locutores, de modo que as cadeias significantes podem emergir novos conteúdos, menos preconceituosos, assim, propiciar a germinação de sementes de erradicação e promoção de mudanças de mentalidades e valores que resistem à construção de identidades vanguardistas na sociedade.

As instituições têm um papel fundamental para eliminação do preconceito linguístico, uma vez que os discursos que circulam formam as mentalidades, valores, comportamentos e atitudes reproduzidos na sociedade. Hall (2009) fala sobre a identidade híbrida do estrangeiro ao entrar em contato com outras culturas. Por outro lado, Bakhtin (1992) fala da pluralidade de autoria na constituição da linguagem por meio da concepção dialógica na constituição do locutor e respondente ativos nas relações que constituem os sujeitos. Assim, afirmamos que tanto o estrangeiro como o nativo assimilam traços característicos dos dialetos, sotaques e línguas, quando eles entram em contato com sujeitos de outras culturas ao estabelecer um relacionamento no cotidiano pessoal, profissional, bem como intermediada por instituições, direta ou indiretamente.

A Linguística no seu papel social e científico de construtora e disseminadora de informação e conteúdo acerca da Linguagem privilegia a constituição de novos estudos, uma vez que a dinâmica das relações que se estabelecem no campo da globalização aponta para uma mudança constante de elementos fonológico, mórficos, sintáticos e semânticos da língua, constituintes dos estudos gramaticais e influenciados por identidades em constante mudanças de mentalidades e atitudes, reflexo da cultura que circula nas escolas em cursos de formação de docentes e em demais instituições sociais.

1. **Variações Linguísticas, fios que tecem as diferentes concepções científicas**

No processo de mudanças da língua, surgem novidades na cadeia dos significantes e significados até alcançar a consolidação do novo e de abandono a vocábulos e expressões não mais usadas por falantes de determinada língua. Assim, os sujeitos falantes não conseguem associar a nova forma como um modo de falar errado, bem como, as antigas formas de falar passam a ser consideradas erradas. Este fenômeno linguístico não é previsível e só pode ser assimilado, à posteriore, via ação de introdução e de rechaçamento de um vocábulo ou expressão no controle transicional e dinâmico da fala.

O empréstimo linguístico é um fenômeno de mudança linguística que consiste em tomar emprestado uma palavra ou expressão de determinada língua em um período e utilizá-la de forma adequada em outra língua ou em outro tempo. Este fenômeno tem sido bastante intenso nas últimas décadas com a globalização e com o advento das novas tecnologias com a ascendência da interculturalidade. A experiência comunicacional com diferentes culturas tem promovido à hibridez da língua ou da linguagem, de modo que ambos os sujeitos da comunicação – emissor e receptor – assimilam e incorporam novos conhecimentos linguísticos.

Os trabalhos da Linguística mostram a importância da variação dialética e social inserida em determinada comunidade linguística como fato gerador da mudança linguística, uma vez que, nenhuma língua é estável e uniforme e muitos aspectos definidos como mudança linguística são produtos de uma variação social condicionada sincronicamente.

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe do subsistema fonético - fonológico e no domínio pragmático – discursivo. O português de exemplos. (MOLICA; BRAGA, 2004, p.9).

O reconhecimento da língua como fenômeno de variação linguística em que consiste diferentes modos de uso da língua e de variantes que sofrem mudanças na linha do tempo, leva-nos a afirmar que a língua é um fenômeno complexo em que a sua homogeneidade possibilita a comunicação dos falantes dentro de uma comunidade com traços de heterogeneidade expressas por um conjunto de variantes, das quais constituem as variações linguísticas.

Bagno (2004) destaca que o preconceito linguístico se propaga em diferentes contextos sociais conforme a eleição das variações linguística dentro do cotidiano das relações no que pese aos sujeitos relacionais da comunicação. Com isso, emerge os critérios de beleza ou de correção, no qual compreende as variações com interferências históricas e sociais em que se possibilita a mitificação linguística de que o português do colonizador (o primeiro) é legítimo e puro, enquanto o segundo é feio e incorreto. O autor assinala que tal pensamento é oriunda de uma postura preconceituosa tal como relaciona a discriminação quando se fala certas expressões consideras erradas por grupos elitizados da sociedade brasileira e a reprodução seletiva de uma cultura do dominador – os grupos privilegiados e ao grupo dos dominados – os grupos não privilegiados.

Linguistas como Bagno (2004) rompem com a ideia preconceituosa de que somente quem fala de acordo com a “norma culta" é quem fala a língua portuguesa ou brasileira correta de acordo com a Gramática Normativa[vi]. As pesquisas na área da Sociolinguística destacam que a língua popular que se diz "não culta" é também apreendida por pessoas da elite escolarizada, sobretudo, sob a modalidade oral e em contextos informais. Não é difícil encontrarmos pessoas dos grupos privilegiados e escolarizados pronunciando palavras e expressões que fogem as regras da fonologia e da morfossintaxe e da semântica, mesmo tendo a informação de que a língua padrão e culta veicula o uso da fala "certa" para falantes de grupos a que são pertencentes.

Sob esta perspectiva, abordamos o contexto geopolítico dos falantes sergipanos, naturalizados em uma região que sofreu, historicamente, omissões governamentais que inviabilizaram a promoção do desenvolvimento cultural, social e econômico, por sua vez, ocasionou a ampliação geracional das desigualdades por meio da reprodução de mentalidades e atitudes criadas em um campo minado de vaidade narcísica de uma região sobre a outra ou de um povo sobre outro ou de uma classe sobre outra, de modo que o sotaque dos sergipanos é visto como erro ou um modo feio de usar a língua portuguesa. Ainda, ressaltamos para mais intensa excludência se esse falante além de ser sergipano não for escolarizado, pertencente a uma classe menos privilegiada e morador na zona rural do estado.

O conceito de norma e/ou regularidade de uso da língua, neste estudo, é analizado sob a perspectiva gramatical e linguística. O gramatical é compreendido como regras de certo e errado, segundo as orientação dos escritores clássicos da língua portuguesa estabelecidos na seleção do que deve ou não deve ser usado sob as bases da visão tradiional e de valores sociocuturais (prestígio, elegância, estética etc.), enquanto o linguístico define como uso constitutivo da linguagem falada e/ou escrita e de uso corrente de famílias linguística relativamente estabilizada, oficializadas e ou não-oficializadas por órgãos governamentais de competência brasileira.

Bechara (1999) assinala “a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a

autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos."(BECHARA, 1999, p. 52). O gramático Domingos Paschoal Cegalla em sua obra Novíssima gramática da língua portuguesa postula "Este livro pretende ser uma gramática normativa da Língua Portuguesa, conforme falam e escrevem as pessoas cultas na época atual." (CEGALLA, 1990, p. 19). Azeredo (2013) afirma que pretende "ir além da aferição de um uso e sua descrição [...]. A gramática não é evidentemente o único, mas é o mais sólido suporte de papeis explicitados." (AZEREDO, 2013, p. 25)
Socialmente, somente a língua portuguesa ensinada nas escolas, comentada nos compêndios gramaticais e listada nos dicionários são legítimas e que as demais expressões populares orais e em situações informalizadas são mais distorções ou anomalias linguísticas. Com isso, estas expressões não são registradas como estruturas a serem analisadas gramaticalmente, enquanto os seus falantes são colocados à margem da sociedade e identificados socialmente como sujeitos analfabetos, matuto, ignorante ou caipira. Isso traduz a crença de que qualquer outra forma de manifestação linguística situada fora das normas da escola sob o modelo da Gramática normativa e dos verbetes encontrados nos dicionários da língua portuguesa serão sempre consideradas expressões erradas, independentemente, de quem esteja falando e da onde está falando.
Geraldi (2013) assinala o ensino da língua portuguesa voltado ou não para normatização da gramática, uma vez que as diretrizes curriculares sofrem alteração históricas desde a descoberta portuguesa do Brasil. Segundo o autor, houve em diferentes momentos históricos a preocupação de sistematização do ensino da língua tanto pela normatividade gramatical como pela linguagem como uma expressão criativa:

A história nos mostra esta oscilação ambígua dos letrados: quando no poder, são os primeiros a se preocuparem com a língua, com sua correção, com sua unidade; quando alijados do poder, aproximam-se do povo e de seus modos de falar. Obviamente, são gerações distintas, não são sempre os mesmos intelectuais. O que importa ressaltar é essa constância no movimento histórico das elites brasileiras (GERALDI, 2013, p. 114).

Geraldi (2013) entende que o uso e ensino da língua portuguesa é transicional, de modo que os interesses políticos convergem para as instâncias de poder ao eleger o programa educacional do país. Desee modo, compreendemos que o domínio da gramática normativa com as suas regras e exceções não asseguram a destreza da fala e da escrita, portanto, desmistificmos uma ilustre falácia propagada pela cultura letrada de que o conhecimento das regras e exceções gramaticais é condição *sine qua non* para formação de um bom escritor, orador, ou interlocutor coerente, preciso e consistente na elaboração e produção do conteúdo linguístico. É perceptível o mal desempenho de sujeitos escolarizados ao serem submetidos a produção de diferentes diferentes gêneros textuais – orais e escritos – , bem como na aplicação das regras ao serem usdas na produção de diferentes práticas sócio-discursivas.

Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua bonita, correta e pura. (BAGNO, 2004, p.64).

Podemos então concluir que a gramática normativa surgiu por uma necessidade linguística e depende totalmente da língua, mas se transformou em uma forma de poder e controle, gerando a concepção de que a gramática exalta um poder místico para transformar o indivíduo de uma comunidade em um ser eloquente e um exímio redator. Essa inversão dos fatos históricos conduziu estudiosos e especialistas em gramática a considerar que a velha e eficiente gramática normativa regulariza a norma culta, ou seja, determina o padrão considerado modelo a ser seguido pelos falantes que a representam.

2. O saber popular dos falantes não-escolarizados, um objeto de estudo da língua nas escolas
A linguagem é um dos instrumentos de controle social. É através da lingugem que a sociedade exerce o poder sectário ao definir pessoas pertencentes aos grupos privilegiados e não privilegiados da sociedade.
Assim, os traços linguísticos são traços de construção identitária, ou seja, o sujeito é o que fala. O falar dentro da perspectiva das variações envolve postura, atitudes, argumentos, posições ideológicas que permeiam as relações que se estabelecem no campo micro e macro da sociedade.
No percurso da realização deste estudo observamos de maneira sistematizada e não participativa os falantes de grupos populares da cidade de Itaporanga d' Ajuda, a fim de comparar as concepções de Bagno (2007; 2011) com as de Bechara (2009) e Azeredo (2010) com relação aos fenômenos linguísticos manifestados por sujeitos não escolarizados

do município de Itaporanga d' Ajuda.

No dia 27 de setembro de 2014, às 17h30min, em um estabelecimento comercial de produtos alimentícios e de bebidas alcóolicas no povoado de Tapera no município de Itaporanga d' Ajuda de propriedade do Sr. João Victor dos Santos com 50 anos, ele conversava com um cliente quando pronunciou "Meus fiu pefere a roça do que a cidade". Percebemos com base na estrutura superficial do texto erros de concordância nominal e verbal: o pronome possessivo no plural antecede o substantivo no singular que antecede o verbo que está também no singular, que deveria se encontrar no plural, pois o falante tem mais de um filho. Percebemos, também, a supressão da palatização /lh/ e a formação da vocalização constituída da semivogal /i/ mais a semivogal /u/, que remonta a constituição do sistema latino, no qual se abstinha do fenômeno de palatização para o de vocalização temática em /u/ para segunda declinação dos vocábulos masculinos.

Segundo Bagno (2007) além da queda da palatização /lh/ e a formação da ditongação /iu/, houve uma queda do tepe /r/ que forma o encontro consonantal /pr/ com o /r/ rótico. Assim podemos afirmar que o falante mantém uma variedade arcaica da língua latina, uma vez que a aquisição e uso da língua é justificada pela influência dos aspectos sociais, políticos e econômicos. A preservação do falante nos limites territoriais durante a vida e a permanência em uma determinada comunidade não escolarizada impossibilitam a aquisição de novos vocábulos, assim, o falante permanece usando expressões ou vocábulos considerados arcaicos por já terem sofridos modificações na cadeia diacrônica.

O fenômeno da palatização ocorreu da transição do latim para o português, uma vez que o latim não registra a palatização, portanto, podemos afirmar que a queda se justifica historicamente com o processo de evolução da língua latina e de passagem para língua portuguesa. Quanto a pronúncia do verbo prefere/m/ por "perfere" pode apresentar dois fenômenos, específicos, dos falantes não-escolarizados em contextos informalizados e menos informalizados, segundo Azeredo (2010), houve uma queda de um fonema ou sílaba no interior do vocábulo designado de síncope. A síncope é mais utilizada na fala espontânea e nas variedades populares; o segundo fenômeno, designado de Metátese ocorre quando há um deslocamento de fonemas no interior como exemplificada na expressão "perfere" ao invés de "pefere" ou "prefere". Em seguida, analisamos a pronúncia do /e/ no final do vocábulo. Neste caso, caiu a ditongação nazal no final da palavra e formou uma sílaba pós-tônica com a consoante constritiva alveolar /r/ e a vogal média /e/ é pronunciada /i/ reduzido.

Ressaltamos que um erro gramatical identificado em falantes dos grupos privilegiados passam mais despercebidos e sofrem menos discriminação, uma vez que a condição econômica serve de proteção para uma atitude preconceituosa por parte do interlocutor, embora esteja também contrariando as regras gramaticais normativas como a não pronúncia do /e/ átono e a queda da palatização de filho.

Registramos a pronúncia utilizada por outra moradora do município pesquisado. A mulher tinha uma faixa-etária de 70 anos e em um logradouro público convida a interlocutora para se aproximar "chega pa cá muié". A falante não era alfabetizada e estava em um contexto informalizado com muitas pessoas ao seu derredor e todos falando ao mesmo tempo. A estrutura superficial sintática apresenta uma ordem indireta do verbo, complemento e sujeito no sentido de o falante enfatizar a ação sobre o sujeito que a pratica. Quanto ao nível fonético histórico a análise assinala o consonantismo da oclusiva bilabial desvozeada /p/ com a tepe alveolar vozeado /r/, na qual se registrou a queda da tepe alveolar "r" no interior do vocábulo /pa/. Observamos também a queda do dígrafo ou do fenômeno de palatização "lh" no meio do vocábulo mulher dando a formação de dois encontros vocálicos – um hiato constituído da semivogal nasal /u/ com a vogal oral /i/ e um ditongo – oral crescente tônico "ié" formado de uma semivogal nasal /i/ e a vogal aberta tônica /é/. Assim, ocorreu um fenômeno designado de síncope com a queda da palatização /lh/ e a sua substituição com o acréscimo do /i/ – fenômeno designado de Epêntese – dando a formação da vocalização nasal /uié/.

Conforme Bagno (2007), percebemos outro fenômeno de origem latina que permanece na língua portuguesa da norma não culta designado de diástole com o deslocamento da sílaba tônica para sílaba posterior . Sempre que ocorre um hiato com /i/ tônico a exemplo do vocábulo /mulher/ /muié/ com a vogal tônica aberta /é/ dá-se, consequentemente, a formação da dissílaba oxítona /muié/.

No dia 28 de setembro de 2014, às 10:30h, Claúdia dos Santos de 45 anos, empregada doméstica, natural do povoado Tapera, atualmente, residente na cidade de Itaporanga d'Ajuda. O seu deslocamento do povoado para cidade deveu-se, exclusivamente, a necessidade de trabalho, assim, ela tornou-se agregada de uma família de classe média, professora e bancário. O casal tem três filhos, um adolescente e duas crianças que estudam em colégios na própria cidade.

Um dos filhos comia biscoitos e migalhas do biscoito caíram no chão, automaticamente, ela falou "Óia só qe cê fezi! Barri a casa, agoia!". Nesse caso registramos um caso de queda da patinização e retorno ao latim em que não ocorreu a palatização /lh/ por /ia/ e a formação da vocalização. Percebemos uma reducionismo da palavra com a queda da sílaba inicial da palavra /vo/ designado por metaplasmos por supressão – áferese –; presenciamos uma troca da oclusiva

vozeada /b/ pela labio-dental fricativa sonora /v/. Este fenômeno deve-se pela ausência da consoante /v/ na língua latina, de modo que favoreceu a queda das consoante bilabial medial sonora, a partir da degeneração /b/ em /v/ dentro do processo de variação diacrônica de transição da lingua latina para o português e do português na cadeia evolutiva da língua. Em seguida, percebemos a vocalização e acréscimo no final da palavra do /e/ na 3ª pessoa do singular /feze/. Este fenômeno aponta para transição ocorrida na língua latina para o português com a queda de um segmento sonoro no final da palavra – apócope – seguido pela metofonia – mudança de timbre de uma vogal por influência do timbre da vogal /fece/, /fese/, /fez/, sendo que em Sergipe há uma vocalização no interior da palavra, na qual observamos a inscrição na cadeia falada da inscrição da semivogal /i/ com o fenômeno designado de epêntese e com a formação de um hiato /e-i/. Observamos também a nasalização com a queda do tepe alvoeolar vozeado /r/ entre vogais seguido de uma vocalização nasalizada do /õia/. Por fim, percebemos uma economia linguística ao ocultar o uso do pronome pessoal eu para "evitar a redudância da marca morfológica" (BAGNO, 2011). Segundo o autor, este fenômeno ocorre em latim, em italiano, em espanhol e em português, que aponta para uma das características do latim e das línguas derivadas dele, a possibilidade de omitir o sujeito do verbo, uma vez que as desinências verbais dispensam o sujeito.

3- Considerações finais

A sociolinguística tem defendido a variação linguística como um elemento poderoso de construção da identidade de classes sociais, etnias, geração, religião. Por outro lado, denuncia que esse elemento linguístico dificulta um diálogo igualitário entre os sujeitos humanos, sobretudo, em contextos institucionalizados.

Nas escolas temos uma cultura elitizada e discriminatória, legitimando a língua culta e ou a normatização da norma padrão das Gramáticas Normativas, ao passo que rechaça os outros modos de falar, marginalizando-os. Esta constatação se justifica como promotora da grande evasão escolar dos grupos menos favorecidos da população.

Sendo assim, mais importante do que simplesmente denunciar o preconceito linguístico é a promoção de um grande debate social sobre o tema. Esse debate deve começar nos cursos de formação de professores, passando pela sala de aula, atingindo a escola e a comunidade. Assim haverá uma chance para desconstrução de posturas preconceituosas no que tange às variações linguísticas, criando, assim, uma sociedade que respeita o falar do sulista e do nordestino; o falar dos mais velhos e dos jovens; do sujeito escolarizado e do não-escolarizado dentro de um processo harmonioso de alcançar a tão sonhada igualdade social.

4- Referências Bibliográficas

AZEREDO, José Carlos. **Gramática Houaiss da Língua portuguesa**. São Paulo/SS: Publifolha, 2013.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Gramática Histórica**: do latim ao português brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 28.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BAKHTIN, Nikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2009.

GERALDI, João Wanderley. A ambiguidade dos letrados e o ensino da língua materna no Brasil. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p. 108-121, dez.2013.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução a Sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo:

Contexto, 2004.

[1]Por outro lado, Essa língua oral culta, que a escola valoriza, e a língua escrita constituem dialetos muito diferentes das práticas linguísticas das crianças das classes populares, por isso, essas práticas são rejeitadas pela escola e, mais que isso, atribuídas a um déficit linguístico, que seria acrescentado a um déficit cultural, quer do ponto científico(segundo as ciências linguísticas e as ciências antropológicas, línguas e culturas são diferentes uma das outras, não melhores e nem piores), quer do ponto de vista ideológico. (SOARES, 2013, p. 22).

[1] Labov na década de 1960 desenvolve os estudos sociolinguísticos variacionistas, nos quais assumiram uma postura científica que considera as formas linguísticas em uso pelos falantes, através do convívio em diferentes situações com diversas pessoas. Para o autor, os falantes inseridos em sociedades caracterizadas por inúmeros indicadores sociais como exclusão, inclusão, estabilidade, mobilidade emergem como condicionantes de fala de uma comunidade que favorecem a variação linguística.

As variações linguísticas presentes nas relações sociais tornaram-se objeto de estudo de variação e mudança linguísticas, tendo a Sociolinguística, uma modalidade da Línguística, com o objetivo de sistematizar a heterogeneidade da fala como objeto de estudo, a fim de explicá-la como fenômeno variacionista em uma comunidade de fala " [...] nenhum avanço importante rumo ao entendimento do mecanismo da mudança linguística sem o estudo sério dos fatores sociais que motivam a evolução linguística" (LABOV, 2008 [1972], p. 291).

Variantes diatópicas – são variações que ocorrem de região para região, dentro de um mesmo estado, ou mesmo dentro de um determinado país, como é o caso das diferenças regionais entre Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e demais estados nordestinos. É o caso do léxico empregado pelos gaúchos, pelos paulistanos, pelos cariocas e pelos nordestinos que designa o mesmo objeto com vocábulos diferentes. b) Variantes diastráticas – são variações linguísticas que ocorrem entre diferentes camadas sociais, que se valem de gírias e jargões para identificar e caracterizar os grupos constituídos. c) Variações diafásicas – estas ocorrem dentro da própria língua e está na dependência do grau de formalidade e informalidade dos falantes da língua. Cada uma apresenta formações vocabulares e sintáticas que lhes são inerentes.

[1] Embora a língua oficial no Brasil seja o português, existem cerca de 210 línguas indígenas faladas no país – sem contar as de índio isolados. Para estuda-las, os linguistas agrupam em famílias reunidas em troncos linguísticos, levando em consideração as semelhanças e diferenças entre si. (GASPAR, 2009). Cerca de 190 línguas são autóctones – línguas indígenas de vários troncos – e cerca de 20 são línguas alóctones – de imigração, que compartilham no devir nacional ao lado das línguas indígenas [...]. (SOARES, 2009).

[1] Na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. [...]. Normalmente, as observações são feitas no ambiente real, registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo, espontaneamente, sem a devida preparação. (LAKATOS, 2011, p. 193 - 195).

[1] Bagno (2004) assinala que o preconceito linguístico é um preconceito social.

[1] Mendonça (2006) assinala três conceitos de gramática criados por Franchi (1991): normativa, descritiva e internalizada, sendo que a mais conhecida é a gramática normativa, uma vez que ela adentra nas escolas, "veiculada por livros didáticos e pelas conhecidas gramáticas tradicionais; ensinar gramática costuma ser entendido como ensinar regras para usar bem a língua" Atente-se para o fato de que as chamadas "gramáticas tradicionais" tomam por língua uma das suas variedades, desprezando as outras. [...]. (MENDONÇA, 2006, p. 234).

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero; Docente da SEED e Docente Adjunto das Faculdades Pio Décimo e Estácio Faculdade de Sergipe.

Recebido em: 25/06/2015
Aprovado em: 26/06/2015
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657

Doi: